

POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA (2009 – 2012)

Arlete Ramos dos Santos
Doutora em Educação (FAE/UFMG)
Professora Assistente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar um recorte da pesquisa realizada pela autora, a qual foi encomendada pela secretaria municipal de Educação de Vitória da Conquista (SMED), visando analisar o impacto das políticas públicas educacionais implementadas pelo referido município na gestão 2009-2012, bem como o arcabouço teórico subjacente às mesmas. A metodologia utilizada foi qualitativa, de natureza exploratória, por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários. Fizeram parte da pesquisa como sujeitos os diretores, os coordenadores e professores. Observou-se que as pessoas que assumem a função de gestores, tanto das escolas municipais de Vitória da Conquista como da SMED, em sua maioria, não compreendem ainda as atribuições essenciais do cargo, faltando estudos e reflexões acerca do tema e, principalmente da legislação municipal que normatiza essa função. As políticas educacionais implementadas no município, são fundamentadas nos pressupostos da tendência liberal, de sustentação da ordem capitalista.

Palavras-chave: gestão; política educacional; Vitória da Conquista.

Este artigo tem como objetivo apresentar um recorte da pesquisa realizada pela autora, intitulada: “Análise das políticas públicas educacionais implementadas no contexto das escolas municipais de Vitória da Conquista – BA (2009-2012)”, a qual foi encomendada pela secretaria municipal de Educação de Vitória da Conquista (SMED), visando analisar o impacto das políticas públicas educacionais implementadas pelo referido município na gestão 2009-2012, bem como o arcabouço teórico subjacente às mesmas.

Vitória da Conquista é um município brasileiro localizado na Bahia, com população estimada em 310. 129 habitantes de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011. No que se refere à educação, a rede municipal de ensino contou com 40.752 alunos e 203 escolas em 2012, onde se desenvolveu um fazer pedagógico, que tem como propósito respeitar os tempos de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Quanto aos níveis de ensino, atende a educação básica com o ensino fundamental e a Educação Infantil. Atende como modalidades a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de se atentar para outras políticas educacionais de caráter nacional, a exemplo da Educação Inclusiva, Programa Nacional do Transporte Escolar

(PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros. Nesse sentido, busca-se cumprir o que está disposto no Art. 18 da LDB 9394/96.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:
I - As instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

O público atendido nas escolas municipais, em sua maioria, é composto por crianças, cujas famílias possuem pouco rendimento econômico, o que gera a necessidade da implementação de políticas públicas por parte do Governo Municipal. Assim, a secretaria municipal de educação, além de viabilizar projetos para as escolas sob sua responsabilidade, tem buscado também junto aos governos estadual e federal, a parceria em políticas públicas com o intuito de proporcionar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e amenizar as desigualdades sociais.

O termo política, segundo Easton (1953, *apud* DAGNINO, 2002, p. 1), é uma teia de decisões que alocam valor, ou conjunto de decisões interrelacionadas, concernindo à seleção de metas para alcançá-las, dentro de uma situação especificada. Para Dagnino (2002, p. 2), o termo política é usado para referir-se a um processo de tomada de decisões, mas também ao produto desse processo. De acordo com Palumbo (1994, p. 38), a política pública é o instrumento orientador por trás de regulamentos, leis e programas; sua manifestação visível é a estratégia adotada pelo governo para solucionar os problemas públicos.

As vertentes analíticas utilizadas para análise das políticas públicas em questão serão pautadas em Faria (2003) e Dagnino (2002). De acordo com o primeiro, a vertente será a de interesses voltados à forma de atuação e impactos dos grupos ou das redes, na qual visa analisar as diferentes formas de atuação e os impactos causados pelas políticas. Já de acordo com o segundo, observando o quadro de variedades de análise política, a vertente utilizada será a avaliação de políticas, na qual procura identificar o impacto que as políticas têm sobre o contexto socioeconômico, o ambiente político, a população.

No que refere aos programas federais, a parceria acontece por meio do contrato de adesão no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal, sendo implementados: o Programa Escola Ativa, o Mais Educação, a Educação Inclusiva, Educação para a Diversidade, Pró-Letramento, Pró-Gestão, Proinfantil, dentre outros. Em âmbito estadual há o Programa Brasil Alfabetizado, Todos Pela Alfabetização (TOPA) e o Pacto pela Educação. Dentre os programas criados pelo próprio município,

destacam-se o Programa Família na Escola (PROFAES), Roda de Alfabetização, e Escola Mais. Nesse artigo tais políticas não serão tratadas de forma pormenorizada, devido ao pequeno espaço de discussão estabelecido, sendo priorizado outros aspectos destinados às políticas educacionais no município. A versão original da pesquisa encontra-se na secretaria municipal de educação com os resultados colhidos sobre o impacto de cada uma destas políticas nas escolas municipais no período que compreende os anos de 2009-2012.

O PAR foi criado pelo Governo Lula por meio do Decreto n. 6094, de 24 de abril de 2007 e congrega as ações que disponibilizam recursos para os municípios, no que se refere à educação: gestão democrática, formação inicial e continuada, educação inclusiva, capacitação para o pessoal de apoio, quadra de esportes, tecnologia educacional, diversidade, relações étnico-raciais, água potável nas escolas, dentre outras. Entretanto, existem críticas sobre o PAR, pois para alguns pesquisadores, ele se constitui em mais uma forma de centralização de recursos pelo governo federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essas políticas educacionais têm sido consideradas por autores como Saviani (2007), Mendonça (2007), Gracindo (2007) como alternativas positivas, devido aos seus objetivos de preocupação com a qualidade da educação, bem como por financiamentos para acabar com o analfabetismo. Porém, estes autores salientam a não observância de uma perspectiva sócio-histórica de educação.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi qualitativa, de natureza exploratória, por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários. Fizeram parte da pesquisa como sujeitos os diretores, os coordenadores e professores. Ao todo foram realizadas trinta e três (33) entrevistas, seis (6) com pessoas que trabalham na SMED, nos setores pedagógico e administrativo, e vinte e sete (27), nas escolas municipais. Objetivando o sigilo dos sujeitos, foram utilizadas cores para identificá-los. Foram aplicados 100 questionários e, para a aplicação deste instrumento, a pesquisadora compareceu em três reuniões de diretores e duas reuniões de coordenadores realizadas pela SMED, não só para essa finalidade, sendo convidados a preencher o questionário, todos os sujeitos presentes que faziam parte da gestão escolar.

Resultados da pesquisa com base no recorte que trata da gestão escolar e das políticas educacionais implementadas pelo município

Com base na análise documental e na revisão bibliográfica observou-se que referencial teórico-metodológico subjacente nessas políticas implementadas no município, quando se trata dos programas nacionais e estaduais, em sua maioria é conservador, de caráter não-diretivistista, como propõe o escolanovismo, com o predomínio de Piaget e Dewey na fundamentação, cujo pressuposto é de fortalecimento do indivíduo, da meritocracia e de manutenção do *status quo* da ordem vigente. Já os projetos que foram elaborados pelo próprio município (PROFAES e Escola Mais), apresentam uma perspectiva progressista, fundamentada em Vigotsky, e traz no bojo a valorização dos aspectos culturais e sociais dos sujeitos, vislumbrando a emancipação do sujeito.

A tabela 1 apresenta um levantamento de algumas das políticas educacionais que são implementadas em Vitória da Conquista, com o ente federado responsável, o referencial teórico predominante, e de onde os recursos são originados para a implementação.

Tabela 1 – Políticas educacionais de Vitória da Conquista – 2009-2012

POLÍTICA	GOVERNO	TENDÊNCIA PEDAGÓGICA	AUTORES	ORIGEM DOS RECURSOS
Ciclo de Aprendizagem	Municipal	Progressista Libertária	Miguel Arroyo, Paulo Freire, etc.	Federal/FUNDEB
EJA	Municipal	Progressista Libertadora	Freire	Federal/FUNDEB
Escola Ativa	Federal	Liberal: Renovadora Progressiva e Renovadora Não-diretiva	Dewey e Vigotsky	Federal
Mais Educação	Federal	Liberal: Renovadora Progressiva	Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro	Federal/Municipal
Educação Inclusiva	Federal	Progressista	Boaventura Santos, Mantoan	Federal/Municipal
Brasil Alfabetizado	Federal, Estadual Municipal	Progressista	Freire	Federal

TOPA	Estadual	Progressista	Paiva, Volpe, Freire	Estadual
Escola Mais	Municipal	Progressista	Vigotsky	Municipal
Roda de Alfabetização	Municipal	Liberal: Renovadora não-diretiva	Piaget	Municipal
Progestão	Federal	Liberal: Libertadora progressiva	Perrenoud	Federal
ProJovem	Federal	Progressista	Blanco, ECA, Sposati	Federal
PROFAES	Municipal	Progressista	Vigotsky	Municipal
Pacto pela Educação	Estadual	Liberal: Renovadora não-diretiva	Piaget, Emília Ferreiro	Estadual

Depois da análise da fundamentação teórica das políticas que constituiu a primeira fase da pesquisa, foram feitas entrevistas em que, dentre os questionamentos, um deles se referiam à compreensão sobre as políticas educacionais, sobre o qual segue abaixo a compreensão de alguns dos sujeitos entrevistados:

As políticas públicas educacionais são de extrema importância porque são canais para que possamos de fato fazer valer os direitos dos nossos alunos. Na minha compreensão, é preponderante que elas existam e aconteçam para a garantia desse direito, fazendo com que os alunos tenham acesso, permanência e sucesso na vida escolar. Temos muitos problemas em relação à implementação dessas políticas porque nem sempre elas chegam *in loco* da forma como foram pensadas e projetadas, com todos os seus objetivos. As pessoas nem sempre as compreendem como prioritárias para que possa melhorar significativamente a vida dos nossos alunos e, por isso, a dificuldade delas na prática se torna efetiva. Nosso maior objetivo é fazer com que os alunos aprendam (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ENTREVISTA REALIZADA EM 21/09/2012).

Políticas que são implementadas para a melhoria da qualidade da educação tanto na parte dos docentes quanto na própria escola. Como exemplo temos dentro do PDE e do PDDE o programa Mais Educação, Escola Mais e o Roda de Alfabetização. São políticas que vem para termos um ganho na qualidade da educação, na formação do aluno para que ele tenha sucesso e se torne um cidadão crítico (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR DA ESCOLA LARANJA, 11/09/2012).

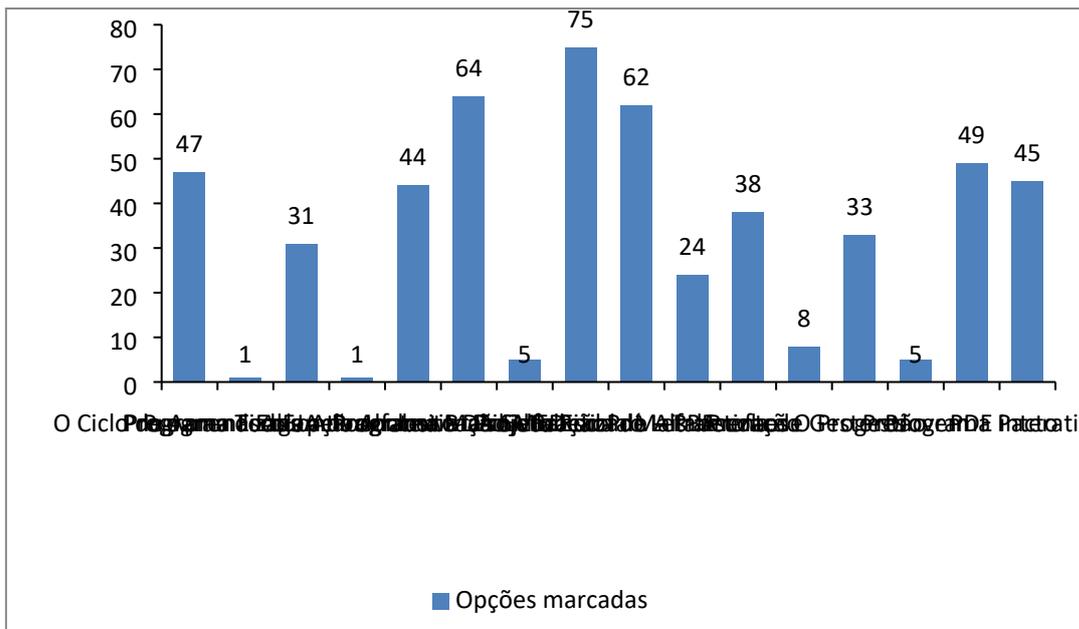
As políticas que o Estado precisa garantir a esse indivíduo para que ele tenha acesso à educação que lhe dê condições plenas de viver como qualquer outro cidadão independente da situação onde ele vive ou do lugar

onde mora. Isso precisa ser garantido a ele, principalmente, porque a educação é um direito universal e tem que ser garantido em sua essência (ENTREVISTA COM A ASSESSORIA- SMED, 03/09/2012).

Política Pública Educacional é pensar em uma proposta de trabalho voltada à educação como um todo. De maneira geral as políticas que estão sendo implementadas pelo Governo Federal e Municipal vejo que são muitas, quando se trata de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Elas vão até o nível Superior, dando ao educando a possibilidade de dar continuidade aos estudos por meio de bolsas, cursos profissionalizantes (ENTREVISTA REALIZADA COM A DIRETORA DA ESCOLA LILÁS, 18/09/2012).

Os sujeitos entrevistados, em sua maioria, apresentam uma visão ampla sobre o assunto, deixando sempre clara a função do Estado de garantir aos cidadãos os seus direitos por meio das políticas públicas. Entretanto, nenhum dos sujeitos apresenta uma visão crítica acerca dos objetivos de conservação de poder da classe dominante por meio de tais políticas, uma vez que estas, em alguns casos têm a função de contenção de conflitos sociais para manutenção da ordem capitalista. Com base nos dados do gráfico 1, observa-se as várias políticas educacionais que são implementadas nas escolas municipais. Salienta-se que tais dados foram colhidos por meio do preenchimento dos questionários, no qual, sobre este item, os sujeitos deveriam marcar apenas as políticas existentes na escola em que eles trabalham. Como foram 100 questionários preenchidos, o número acima da coluna representa quantas escolas tem a referida política educacional, predominando, em maior número o projeto Escola Mais e o programa Mais Educação.

Gráfico n.1 – Políticas educacionais presentes nas escolas municipais de Vitória da Conquista



Um dos grandes entraves apontados na pesquisa para que a implementação das políticas educacionais não ocorra a contento é a falta de conhecimento dos gestores sobre os objetivos destas.

A secretaria municipal de educação de Vitória da Conquista, desde 1996, vem implementando elementos da gestão democrática, como eleição de diretores, conselho municipal de educação, colegiados, dentre outros. Segundo Freitas (1991, p. 89), “[...] originada da expressão latina, *gestione*, a palavra gestão significa gerir, gerência, administração, direção e regência”. Frequentemente esteve marcada por uma concepção burocrática, funcionalista, aproximando-se da organização empresarial, na qual a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente. Portanto, pode ser planejada, organizada e controlada.

O termo “Gestão Democrática” foi expresso desde a Constituição Federal de 1988, no Art. 206. As diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, responde este princípio no inciso VIII, do art. 3º, que, reconhecendo como princípio federativo repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

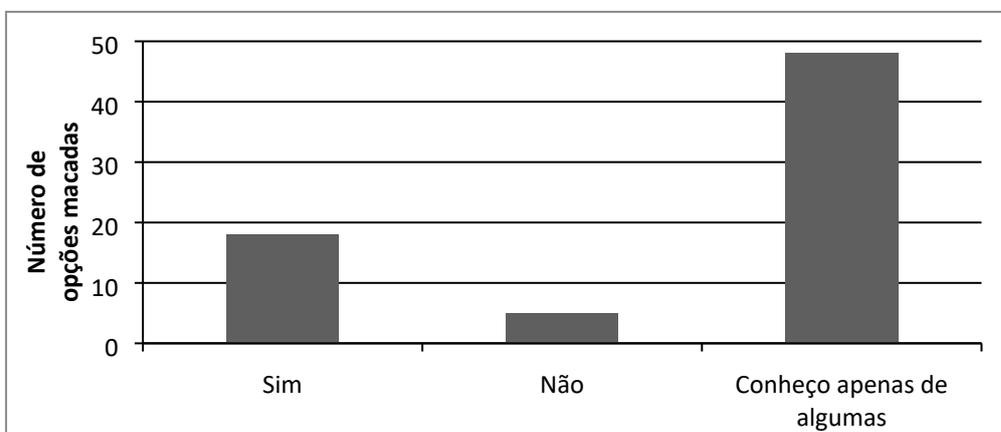
Relacionando o termo gestão com o enfoque mercadológico, Costa (2007) observa que gestão pode ser entendida como a prática administrativa que define e direciona as políticas e o uso dos recursos financeiros, materiais, de informação, tecnológicos, humanos, parcerias e alianças para o alcance de objetivos. Gestão é, segundo o autor, a força física e a inteligência humanas aplicadas ao trabalho. Apesar de

o conceito de gestão estar incluído no conceito de administração, pois este também está relacionado ao planejamento e organização, quando se trata de ‘gerir’, amplia-se o foco para busca de parcerias e alianças para alcance dos objetivos. Ou seja, muda-se de uma organização fechada para uma organização aberta; que interage constantemente com o mercado, o meio no qual está inserida, e, dessa forma, agrega valor ao seu produto ou serviço final através do aumento da sua responsabilidade social.

É preciso que a comunidade escolar analise essas mudanças criticamente, usufruindo dessa forma de organização do sistema escolar, para, mediante a participação de todos, ficarem conscientes quanto aos objetivos dos donos do poder e dos trabalhadores nesse processo, por meio do qual, numa perspectiva crítica, poderá haver a construção de uma nova ordem social. A Gestão participativa e democrática, na ótica da classe trabalhadora, não deve buscar seguir o propósito neoliberal, mas sim, adequar os seus objetivos de forma que beneficie os trabalhadores. Todos participam da tomada de decisões, dividindo tarefas, e têm como ponto central a relação orgânica entre direção e todos os envolvidos na instituição.

Na questão do questionário “*Você conhece o/a projeto/proposta de cada uma das políticas que sua escola é/foi atendida?*”, infelizmente, temos o seguinte resultado:

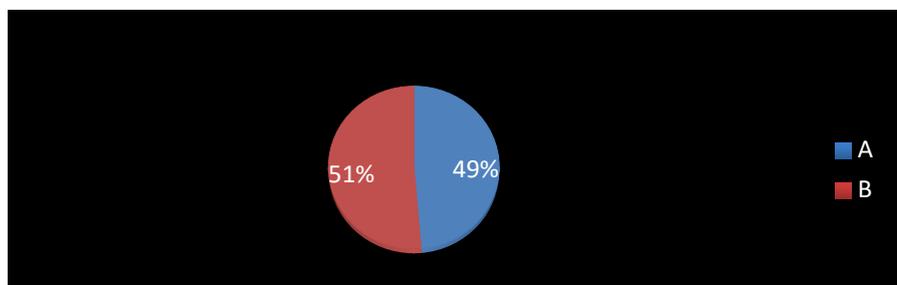
Gráfico n. 2 – *Conhece as políticas educacionais implementadas na escola*



Observa-se que apenas um pequeno número tem conhecimento de todas as políticas educacionais que são implementadas nas escolas sob sua responsabilidade. Outro fator decisivo para o resultado dos programas e projetos trata-se do envolvimento e responsabilidade do grupo em buscar conhecê-los melhor, para traçar caminhos metodológicos visando atender as expectativas. Entretanto, dentre os gestores pesquisados, a maioria informa que não conhece as políticas que estão sob sua responsabilidade porque a SMED tem a responsabilidade de fazer a formação, conforme se verifica no gráfico abaixo. A questão apresentada foi a seguinte: “*Se você não*

conhece os objetivos de todas as políticas, qual o motivo: A - Você não buscou conhecer, pois você, como parte da equipe gestora não cumpriu o seu papel sobre esse aspecto; B - Você não buscou conhecer, pois é o município que tem obrigação de oferecer essa formação.

Gráfico n. 3 – Buscou conhecer as políticas educacionais do município



Verifica-se que apesar de as políticas educacionais federais estarem disponíveis *online*, e de necessitar de leitura para fazer a adesão, 51% dos gestores pesquisados que não conhecem os objetivos das políticas educacionais admitem que não as conhece porque a SMED não lhes deu a formação. E menos da metade, 49%, assumem a culpa por não terem buscado o conhecimento necessário.

Assim, admite-se a necessidade de que a SMED procure estudar nos cursos de formação continuada com os gestores, as questões pertinentes aos objetivos e metodologias de implementação dessas políticas. Outro aspecto evidenciado é que a SMED deve controlar o número de políticas às quais as escolas aderem, pois como há escolas que optam por vários programas, e não têm o devido conhecimento dos reais objetivos destes, no momento da implementação começam a aparecer os problemas de falta de estrutura e de conhecimento dos gestores, como se observa no trecho da entrevista abaixo, quando um gestor avalia se as políticas educacionais estão dando resultado na escola em que ele trabalha:

Olha, a gente tem recebido do ano passado pra cá, uma leva de programas grandes, e a gente ainda não tem nem, assim, resultado, quero dizer, o PDE chegou a verba esse ano. Aí a gente tem o programa de Acessibilidade que agora está chegando a verba. O Mais Educação está chegando agora, que não foi implementado ainda. Aí a gente tem o PETI que não é da educação, mas do Desenvolvimento. Mas que trabalha aqui. E a gente tem a RODA que é do município, e agora eu estou num embate com as meninas do primário: O que a gente vai priorizar dentro desses projetos? Porque o aluno tem que estar ao mesmo tempo no Mais Educação, porque é o tempo integral. Ele está no Roda, ele está no PETI. Aí quando a gente vai falar pra família que ele vai sair do PETI, pra eles então... Aí ninguém quer sair por conta da bolsa. E na escola, por mais que a gente tinha aqui uma pessoa muito boa, por mais que a gente tinha o diálogo com ela, mas ela segue o programa de lá do Desenvolvimento Social, ela segue a linha de lá, deles, que é mais de fazer banca, de dar essa

assistência pros meninos que a gente escolhe, aí a gente não pode interferir (ENTREVISTA COM A DIRETORA DA ESCOLA AMARELA, 12/06/2012).

Com base nessa afirmação da gestora, e nas anteriores, observa-se que a secretaria municipal de Vitória da Conquista tem buscado muitas alternativas e investimentos para que a educação no município atinja um bom nível. Porém, ainda falta cobrança da SMED para que os gestores tomem para si o real compromisso da função que ocupam. Todavia, vale ressaltar que há a compreensão dessa necessidade de cobrança também da parte dos sujeitos, como se verifica abaixo:

Trabalhamos muito e investimentos têm, mas não há cobrança de resultados. Temos um resultado ruim e fica por isso mesmo, fica no discurso ou coloca-se a culpa na família e na escola ou que os meninos que não querem nada e não é o menino que não quer. Às vezes, é o professor que não assume que não trabalhou direito, não se esforçou o quanto deveria, não utilizou a quantidade de jogos que a escola tem (ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DA ESCOLA AZUL, 04/09/2012).

A Secretaria que é o órgão maior que tinha que ter uma política de sindicância, inquérito administrativo. As pessoas não estão cumprindo as suas funções adequadamente porque somos pagos para trabalhar e socializar os saberes, se eu não faço isso eu estou cometendo um erro e preciso ser penalizada, mas não sou. Eu continuo e vou adiante e se o diretor cobrar muito o nome dele vai parar nas assembleias. Ele é perseguido, não quer deixar o professor trabalhar, ele está oprimindo o professor (ENTREVISTA COM A DIRETORA DA ESCOLA VERDE, 04/09/2012).

O problema é que na Rede estabeleceu-se uma cultura de cada um fazer do jeito que quiser. Não existem parâmetros e cada um quer fazer do seu jeito. E quanto alguém tenta fazer não é bem visto. Tem escola que não, que os professores têm maturidade. Eu vejo que é difícil, mas acho que é um conjunto, se eu quero fazer, depende também da mentalidade de cada escola. E nós temos professores com a mesma formação, e os que estão com a formação até mais que de professor de escolas particulares. Por que lá dá certo e cá não dá? Se nós temos, teoricamente, professores no mesmo nível e muitos ou alguns são professores lá, e cadê que lá faz assim e cá não? É porque aqui existe muita liberdade. Eu acho que essa liberdade demais complica, eu acho que as escolas vão ter que ter uma diretriz pedagógica que deve ser seguida, a partir daí, os conteúdos que são fundamentados. Na escola particular não é o que o professor quer, é o que a escola acha que deve ser... (ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DA ESCOLA LILÁS, 18/09/2012).

Fica evidenciado nos trechos acima que existe por parte da gestão escolar, a compreensão de que a SMED não cumpre o papel que ocupa na hierarquia da educação municipal, enquanto instância que deve fazer com que o ensino aconteça com qualidade nas escolas, uma vez que não cobra ou estabelece critérios de avaliação para todos compreenderem as suas atribuições no sistema educacional. Ou seja, a compreensão

explicitada é de que há investimento de recursos públicos, mas não há uma verificação da aplicação destes pelos gestores municipais.

Na escola Azul, existe a questão da transferência de responsabilidades de uma instância à outra para justificar os insucessos da educação. Na escola Verde a falta de cobrança das questões de funcionamento do cotidiano na escola, deixa transparecer que o gestor sente dificuldade de dizer “não” para os professores quando se faz necessário devido à falta de aplicação de sanções legais pela SMED, dificultando, assim, o trabalho do gestor escolar. Para a escola Lilás, a professora relata que há uma falta de parâmetros para trabalhar as questões educacionais no município e, ao mesmo tempo, deixa claro que o mal resultado, às vezes, está em questões internas da escola, como a falta de acompanhamento pedagógico. Cabe questionar, então, se essa cobrança não deveria ser da própria equipe gestora da escola. Como garantir a autonomia dessa escola, se ela quer transferir para a SMED a responsabilidade de definir o seu trabalho pedagógico?

Observa-se uma ausência do cumprimento das funções da equipe gestora, tanto no que refere às questões administrativas, quanto às questões pedagógicas. Assim, tendo como parâmetro os trechos das entrevistas acima, observa-se a falta de qualificação dos gestores pela SMED, tanto no que se refere às suas atribuições e responsabilidades, quanto aos aspectos dos fundamentos referentes às teorias e à legislação nacional e municipal sobre a gestão democrático-participativa.

De acordo com os resultados dessa pesquisa, conclui-se que as pessoas que assumem a função de gestores, tanto das escolas municipais de Vitória da Conquista como da SMED, em sua maioria, não compreendem ainda as atribuições essenciais do cargo, faltando estudos e reflexões acerca do tema e, principalmente da legislação municipal que normatiza essa função, como o regimento das escolas municipais. Sobre as políticas educacionais implementadas no município, há uma predominância de fundamentação nos pressupostos da tendência liberal, de sustentação da ordem capitalista por meio da implementação de políticas de referenciais escolanovistas, cujo propósito é de manutenção do *status quo* da classe dominante.

Logo, observa-se que, alcançar uma educação progressista em Vitória da Conquista, requer, ainda, muitos aprendizados teóricos para ressignificar a prática dos profissionais de educação, a fim de produzir novos conhecimentos voltados para a realidade da comunidade em que trabalha, levando em consideração aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, por meio dos quais o educador precisa estar sempre atento na aquisição de aprendizagens significativas para a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Senado Federal. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394/96.

_____. Decreto Presidencial Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Guia de programas. Brasília, DF, jun., 2007.

DAGNINO, E. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2002.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. “**Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes**”, Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51): 21-30. 2003.

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. - 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2007.

GRACINDO, R. V. **Notas sobre a educação básica no PDE**. *Retratos da Escola*, Brasília, DF, n. 1, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2011. www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores. Acesso em junho 2011.

PALUMBO, D.J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, D.J. *Public policy in América: government in action*. 2. ed. San Diego: Harcourt Brace, 1994. p. 8-29.).

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n.100, out. 2007 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300027&lng=pt&nrm=iso

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Análise das políticas públicas educacionais implementadas no contexto das escolas municipais de Vitória da Conquista – BA (2009-2012)**. Vitória da Conquista, 2012.